

**O LIVRO E O AXÉ, O ERÊ COM GANGA ZUM-
BA: REPRESENTAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS
NA PRODUÇÃO EDITORIAL DIDÁTICA VOL-
TADA À LEI 10.639/2003 E APROPRIAÇÃO
DOS PROFESSORES**

FERNANDA DE ARAÚJO PATROCINIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
E-MAIL: FARAUJOPATROCINIO@GMAIL.COM

[HTTP://DX.DOI.ORG/10.5902/2316882X22488](http://dx.doi.org/10.5902/2316882X22488)

O LIVRO E O AXÉ, O ERÊ COM GANGA ZUMBA: REPRESENTAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS NA PRODUÇÃO EDITORIAL DIDÁTICA VOLTA-DA À LEI 10.639/2003 E APROPRIAÇÃO DOS PROFESSORES

Resumo: A proposta desta pesquisa tem como tema as produções editoriais didáticas, embasadas na lei 10.639/2003, que trabalhem o direito à afro-brasilidade e a apropriação dos professores, afim da promoção da Educação inclusiva baseada nos Direitos Humanos. A questão central proposta para problematizar o tema está definida na pergunta: quais são as representações do afro-brasileiro apresentadas nestas narrativas?

Palavras-chave: Afro-brasilidade; lei 10.639/2003; Educação inclusiva; produção editorial didática; Direitos Humanos; identidade.

EL LIBRO Y EL AXÉ, EL ERÊ CON GONGA ZUMBA: REPRESENTACIONES AFRO-BRASILEÑAS EN LA PRODUCCIÓN EDITORIAL EDUCATIVA SOBRE LA LEY 10.639/2003 Y LA APROPIACIÓN DE LOS MAESTROS

Resumen: Esta investigación tiene como objeto la apropiación de las producciones editoriales didácticos con base en la Ley 10.639 / 2003, que trabajan el derecho la Afro-Brasilidad y la propiedad de los maestros con el fin de promover la educación inclusiva basada en los Derechos Humanos. La cuestión central se define en la pregunta: ¿cuáles son las representaciones del Afro-Brasileño en estos relatos?

Palabras-chave: Afro-brasilidad; Ley 10.639/2003; Educación inclusiva; producciones editoriales didácticos; Derechos Humanos; identidad.

THE BOOK AND THE AXÉ, THE ERÊ WITH GANGA ZUMBA: AFRO-BRAZILIAN REPRESENTATIONS INSIDE SCHOOLBOOKS PUBLISHED AFTER THE LAW 10.639/2003 AND THE TEACHER'S ADJUSTMENT

Abstract: The main object of this research are schoolbooks published after the law 10.639/2003 – the one's that work with the right to the Afro-Brazilian identity and the teacher's adjustment. The idea is to promote the multicultural Education based on the Human Rights. For this theme, the main question is: what are the representations about the Afro-Brazilian that we can recognize?

Keywords: Afro-brazility; law 10.639/2003; Education for all; educational publishing; Human Rights; identity.

INTRODUÇÃO

Políticas públicas inclusivas e o país do racismo institucionalizado. Embora controversos, tais conceitos nos ajudam a entender a complexa conjuntura formadora da sociedade brasileira. Nesta dissertação, trabalhamos com tais conceitos inseridos na Educação – mais do que isso, este trabalho é um convite à reflexão sobre a situação atual e a representação da cultura e do sujeito afro-brasileiro. E para tal exercício consideramos aqui o livro didático como produto mediático.

É imprescindível, porém, citarmos exemplos culturais que evidenciam o contraste entre a busca de direitos e a opressão enraizada expressa em preconceitos, como o racismo, ainda cotidianos. Os casos de racismo e humilhações dentro de estádios de futebol; a sexualização da mulher, sobretudo, a afrodescendente, nos folhetins; a posição subalterna de afro-brasileiros na Literatura e nos noticiários. Estes exemplos estão ligados aos anos de escravidão imposta e não indenizada em nosso país – mesmo após a Lei Áurea, de 1888. A institucionalização do racismo é tão real que políticas públicas para a reparação de injustiças políticas, sociais, econômicas, culturais, educacionais e simbólicas fazem-se necessárias.

Das políticas públicas relevantes à esta dissertação, destacam-se as relativas às cotas nas universidades e serviços públicos, o Estatuto da Igualdade Racial, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a lei 10.639/2003. Todas elas trabalham com o reconhecimento de cada indivíduo e suas individualidades, por intermédio da legitimação de direitos. No caso das cotas e da lei 10.639/2003, nos baseamos no artigo 205 da Constituição brasileira que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2015, p. 60). A lei 10.639/2003 é uma das bases investigativas para o desenvolvimento desta dissertação. Tal lei é interpretada aqui como parte de ações que abrangem os Direitos Humanos – sendo exemplificada por intermédio do acesso à Educação e pelo respeito à diversidade.

Dessa maneira, as reflexões acerca da representação da cultura afro-brasileira na sociedade brasileira atual são o ponto central para esta pesquisa. Considerando o contexto da globalização neoliberal, problematiza-se esta África fragmentada e que ajuda compor a identidade, a

representação e a cultura brasileira. Esta dissertação reconhece a legitimação de políticas públicas inclusivas com relação à afro-brasilidade, mas questiona esta democracia que, apesar dos avanços sociais no último século, ainda precisa institucionalizar a necessidade e o direito do cidadão brasileiro em aprender sobre as raízes africanas que compõem nossa cultura. Retomando Milton Santos (2000) e Boaventura de Sousa Santos (2005), pensamos que esta necessidade revela ainda a ocorrência de um olhar do Norte com relação ao Sul, ou seja, uma epistemologia imperialista e colonialista, que utiliza o Norte como padrão político-social-simbólico para interpretar o contexto brasileiro. Desse modo, a busca pelo reconhecimento da plena cidadania afro-brasileira vem como uma tentativa de superação de tal pensamento opressor.

O título desta dissertação remete à esta busca pela cidadania intermediada pela Educação. O livro e o axé dizem respeito à relação do conhecimento formal pelo instrumento livro com a força sagrada que remete ao candomblé e à ancestralidade. Por isso, o erê, que quer dizer criança ou o espírito infantil, relaciona-se ao Ganga Zumba – metáfora para o professor, resgatando o nome do primeiro líder do Quilombo dos Palmares, o tio de Zumbi. As representações e apropriações que verificamos neste trabalho são frutos justamente das respostas acerca de tais relações, intermediadas aqui por dois curtas-metragens e pelas respostas dos professores de Santa Maria/RS e Mogi das Cruzes/SP em entrevistas fechadas. As produções midiáticas escolhidas para a análise são as cartilhas Relações étnico-raciais e de gênero (2007) e seus dois módulos: “Ética” e “Convivência democrática” – mais precisamente, os dois curtas-metragens que as compõem, sendo eles O xadrez das cores e Vista minha pele, respectivamente.

Problematiza-se, então, como são concebidas as políticas inclusivas adotadas para a Educação nas publicações selecionadas para o corpus deste trabalho. A partir de tais concepções, problematiza-se também qual é a representação simbólica e cultural dos indivíduos afro-brasileiros e sua cultura. Assim, justifica-se a relevância da temática desta dissertação considerando-se contextos históricos da composição da população como a persistência da problemática do racismo na sociedade brasileira. Atualmente, 53% da população brasileira se autodeclaram pretos ou pardos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), de 2013.

Quanto ao aporte teórico de nossa pesquisa, buscamos a fundamentação em autores que estudam as temáticas: cultura afro-brasileira, Edu-

cação intercultural, Direitos Humanos, identidade e diferenças e políticas públicas. É utilizado o conceito de afrocentricidade, de Molefi Kete Asante¹, sobretudo a partir do Sankofa – um ideograma que “Ensina o conhecimento do passado como pedra fundamental da construção do futuro” (NASCIMENTO, 2009, p. 28). O pensamento afrocêntrico, quando pensado no contexto brasileiro, é reforçado a partir da matriz africana da diáspora.

Acerca da manifestação da herança africana na cultura brasileira, pensando nas relações étnico-raciais e na multi e na interculturalidade, buscaremos apoio nos trabalhos de Ângela Schaun (2002) e Muniz Sodré (1999). Schaun por seu trabalho acerca da Educomunicação em grupos afrodescendentes na Bahia. Sodré, por sua vez, nos auxilia com o conceito de multiculturalidade. Jessé Souza (2011) e Marcio Pochmann (2014) auxiliam na construção do panorama sobre quem é o negro atual por intermédio de dados de censo e suas análises.

Kabengele Munanga (2005) explica a importância das políticas de cota e nos auxilia na discussão acerca do racismo. Joel Rufino (1981), acerca do pensamento social nacional, faz a relação entre o racismo e o futebol. O conceito de racismo institucionalizando (MORAES, 2013), indo além dos preconceitos direcionados apenas ao indivíduo, é fundamental para o entendimento deste trabalho.

É feito também uso dos conceitos de identidade e diferença, de Tomaz Tadeu Silva (2014), assim como as noções de cultura hegemônica e de subcultura de Stuart Hall (2010), autor o qual nos embasa nas discussões acerca de identidade em sociedades pós-coloniais. Hall (2013) também nos é caro para entendermos o conceito de diáspora. Homi K. Bhabha (2010) nos auxilia acerca da questão dos estereótipos e do entre-lugar dos sujeitos. Erving Goffman (1963) e o conceito de estigma nos embasam a entendermos o que é ser diferente socialmente, dando gancho aos conceitos de iguais e diferentes de Néstor García Canclini (2006).

PERCURSO METODOLÓGICO

Para o processo metodológico, nos embasamos na hermenêutica dialética, de Boaventura de Sousa Santos (1997), na qual parte do princípio de incompletude que cada cultura carrega. Assim, fazemos a leitura da

1 ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricity. Disponível em: < <http://www.asante.net/articles/1/afrocentricity/>>. Acesso em: 1º jul. 2015.

necessidade das relações étnico-raciais para o entendimento do indivíduo e da cultura afro-brasileira dentro do contexto da globalização neoliberal, na qual estamos inseridos, e das demandas com relação aos Direitos Humanos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que, no nível exploratório, realizou o levantamento bibliográfico e documental, para, então, fazermos o recorte do corpus – os módulos “Ética” e “Convivência democrática” de Relações étnico-raciais e de gênero (2007). Para a interpretação de tais cartilhas, a narratologia (Maronna; Vilela, 2007) foi utilizada como ferramenta de análise, pois nos auxilia na identificação e na compreensão de nomeações, adjetivações, ações atribuídas aos indivíduos, além de tensões, conflitos e negociações, considerando o enredo, a história e os sujeitos presentes nos curtas das cartilhas elencadas.

Já para o entendimento dos contextos das políticas públicas e a apropriação dos professores nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, utilizamos a pesquisa exploratória. Dessa forma, foi aplicada uma entrevista fechada às Secretarias Estaduais de Educação de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mais especificamente, aos professores responsáveis pela Educação Afro e inclusiva de cada uma das diretorias/coordenadorias de ensino de cada um dos Estados mencionados. Além disso, foi escolhida uma cidade de cada Estado para que os professores de História, Artes e Língua Portuguesa pudessem responder ao questionário fechado – Mogi das Cruzes (SP) e Santa Maria (RS).

PRINCIPAIS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após este exercício de reflexão, percebemos que há diferença entre o dispositivo da lei 10.639/2003 e a disposição com relação à lei. Ou seja, institucionalizar o direito ao acesso ao conhecimento da História e da cultura afro-brasileira é diferente da disposição em efetivá-la, pô-la em prática. As situações expressas nos dois curtas-metragens e, principalmente, nas falas dos professores evidenciam este paradoxo, por intermédio da resistência de indivíduos perante o convívio intercultural – marcando-se o eu e o outro. Assim, nota-se o paradoxo entre a existência da política pública e os atores sociais envolvidos (destacamos os professores), além da resistência e das dificuldades destes para se apropriarem da lei, afim de efetivá-la.

As respostas advindas dos professores são o reflexo de uma sociedade e tais denúncias e evidências de lacunas e preconceitos são a constatação da falha sistêmica, burocrática e pessoal. Afinal, não são todos os indivíduos que se permitem experienciar a alteridade e toda experiência de vida é bagagem para interpretarmos o mundo. Dessa forma, uma rede que deveria ser fortalecida, amparada pela lei para que os indivíduos conheçam mais sobre a identidade e História nacional (por intermédio da afro-brasilidade), rompe-se, justamente porque a institucionalização diferencia-se da efetivação. Além das respostas dos docentes de ambos os Estados, com a série de negativas e a constatação da efetivação das diretrizes da lei na sala de aula, destacamos o número de professores da rede estadual gaúcha que participaram da pesquisa: 10 contra 338 em São Paulo. Outro fato que nos dá base para afirmarmos a presença do racismo institucionalizado é a própria UFSM: apesar de coletivos e grupos de pesquisa voltados à temática afro-brasileira, há a resistência em se concretizar a existência do curso voltado à História e à cultura afro-brasileira nas Licenciaturas voltadas à Educação.

Enfatizamos que, a partir do nosso percurso teórico, procuramos evitar armadilhas do racismo e do preconceito, de modo que não procuramos retratar o indivíduo negro e a cultura afro-brasileira com base no colonialismo e nem em qualquer tipo de desqualificação. A vigilância da pesquisa foi para que o trabalho pudesse percorrer a trajetória da inter e da transculturalidade na leitura da afro-brasilidade. Os dois curtas-metragens aqui trabalhados, porém, partem do pressuposto do racismo e do preconceito de classe, temas os quais é impossível não se abordar também considerando as respostas dos professores. O intuito de nossa análise é o de dar equilíbrio ao percurso teórico que escolhemos, de modo a dar luz aos dois às reflexões dos dois objetos empírico escolhidos – os filmes e as entrevistas. Além disso, as películas fazem parte de produtos didáticos montados, justamente, para subsidiar a lei 10.639/2003. Vale lembrar que: endossamos a opinião dos professores de que falar sobre o racismo, a violência simbólica e a condição da população negra no Brasil hoje é fundamental para entendermos o nosso próprio contexto, que parte do Sul para o Sul, e o fazemos a partir do resgate de exemplos culturais e mediáticos no decorrer desta dissertação.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Joel Zito. Vista minha pele. Brasil, 23 min 50s, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bxJvKnWgJYs>>. Acesso em 2 jun. 2015.
- BRASIL; CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto da igualdade racial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/estatuto-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- CANCLINI, Nestor. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- MARONNA, Mónica; VILELA, Rosário Sánchez. “Conocer para intervenir: infancia, violencia y médios”. In: MORIGI, Valdir José; ROSA, Rosane; MEURER, Flávio (Orgs). Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas. Curitiba: Champagnant; Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1963.
- HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony; et al. Resistencia a través de rituales – subculturas juveniles en la Gran Bretaña de la posguerra. Buenos Aires: Observatorio de Jóvenes, Comunicación y Medios (Facultad de Periodismo y Comunicación), 2010.
- HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org). Da diáspora – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- MORAES, Fabiana. No país do racismo institucionalizado: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral da Justiça, 2013.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). Afrocentricidade – Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- POCHMANN, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: jun. 1997, n. 48, p. 23-30.
- SANTOS, Joel Rufino dos. História política do futebol brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Record, 2000.
- SCHAUN, Angela. Práticas Educomunicativas – grupos afrodescendentes Salvador-Bahia. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SCHIAVON, Marco. O xadrez das cores. Brasil, 21 min 6s, 2004. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=NavkKM7w-cc>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira – quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

Fernanda de Araújo Patrocínio

Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (2011). Integra o Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura do Ouvir da FCL. Membro do Núcleo de Ensino, pesquisa e extensão Comunicação, Educação Intercultural e Cidadania da UFSM. Participa da Assoc. Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação – ABPEducom. Entre outras publicações é coautora do livro Comunicação e cultura do ouvir. SP: Plêiade, 2012. Coautora do cap. de livro Políticas públicas e a diferença pela igualdade em contextos globalizados: a inclusão e a representação da cultura afro na Educação. Córdoba: ALAIC, 2015. Autora do cap. de livro Educação e Identidade Intercultural: reflexões sobre a lei 10.639. SP: ABPEducom/USP/Anhembi Morumbi, 2015. E-mail: faraujopatrocinio@gmail.com.

RECEBIDO EM: 03/04/2016

APROVADO PARA PUBLICAÇÃO: 23/04/2016

A dissertação que originou este artigo foi orientada pela profa. Rosane Rosa e defendida em 28/03/2016, na linha “Mídias e identidades contemporâneas” do POSCOM-UFSM.